



# a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco  
ANO 143 NÚMERO 3101 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA  
ABRIL 2022 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



RESISTÊNCIA E LIBERDADE

## Fascismo português torturou e matou

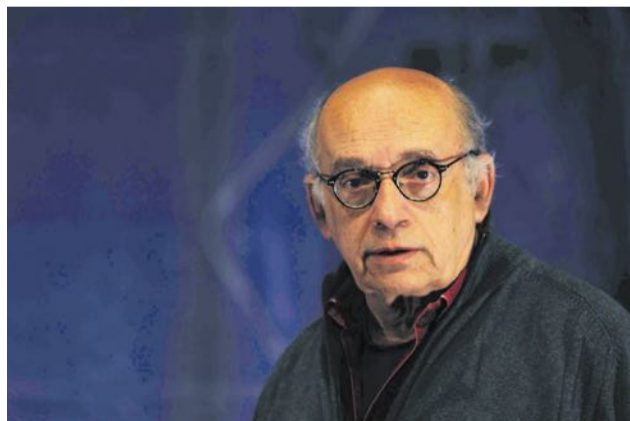
Durante meio século, as elites políticas e económicas do fascismo protegeram o seu poder através do aparelho repressivo do Estado, institucionalizando a violência, o medo e a coerção. A tortura era ferramenta corrente. Quando passam 48 anos da revolução — a democracia

ultrapassa, assim, em duração, a ditadura — importa lembrar que de brando nada teve este regime. Importa não esquecer os que pereceram às suas mãos, porque lembrá-los é condição para saber de onde veio a democracia que com a revolução vingou. **págs. 6 e 7**



## Congresso das colectividades

No passado dia 26 de março teve lugar o congresso extraordinário da Confederação Portuguesa das Colectividades. Dirigentes associativos vindos de todo o país encheram a Academia Almadense para debater a realidade do movimento associativo popular, rever os estatutos com o objectivo de adaptar a organização aos desafios do presente e apontar caminhos para o futuro. **pág. 11**



## Silva Melo filmou n'A Voz do Operário

Jorge Silva Melo, figura central da arte e da cultura em Portugal morreu no passado dia 14 de Março. Em 1980, Silva Melo, que estudara realização na London Film School, fez a sua primeira incursão no cinema com a realização de "Passagem ou a Meio Caminho". Este filme foi em grande parte rodado n'A Voz do Operário. **pág. 16**



ENTREVISTA

## Anna Kuznetsova

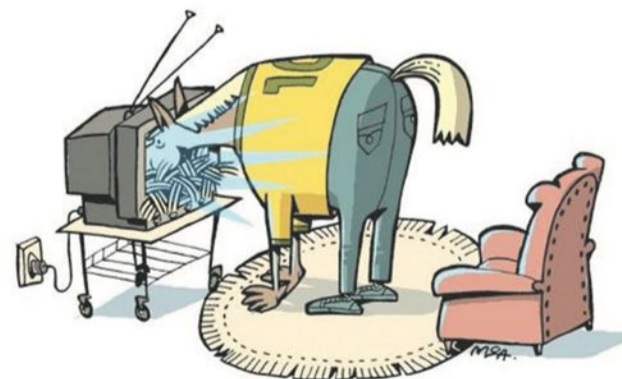
Tem 25 anos e é professora de russo numa escola técnica civil na proclamada República Popular de Donetsk, onde vive desde sempre. À A Voz do Operário fala dos oito anos de uma guerra civil na Ucrânia, que se internacionalizou com a entrada da Rússia no conflito. **págs. 8 e 9**



A VOZ DO OPERÁRIO

## Exposição 25 de Abril

Na oferta complementar de Projetos Interdisciplinares, e partindo de uma temática abrangente e definindo, a priori, um produto final de âmbito comunitário, os alunos do 2º ciclo, desenvolveram uma exposição sobre o 25 de Abril de 1974. **pág. 4**



## Hegemonia: até ao silêncio final

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia agudizou análises que Marx, Engels e Gramsci, haviam identificado: os interesses dominantes são os interesses das classes dominantes; a hegemonia cultural, o controlo ideológico faz-se através de consenso. Confundimos o interesse coletivo enquanto explorados com o interesse de uma minoria que vive à custa da assimilação que dele fazemos. **pág. 14**



# O 25 de Abril, a Constituição da República Portuguesa e a luta pela Paz

**Manuel Figueiredo,**  
Presidente da Direção

Celebramos este mês o 48º aniversário do 25 de Abril, a revolução dos cravos proporcionada pela heroica ação do Movimento das Forças Armadas (MFA) e pelo imenso envolvimento popular, que derrubou a ditadura fascista, restituiu ao povo português a democracia e a liberdade e apontou os caminhos do progresso e do desenvolvimento.

A comemoração do 25 de Abril não é apenas a evocação daqueles que o sonharam e concretizaram, mesmo com o sacrifício da própria vida, é igualmente a necessidade de transmitir a sua importância a todos aqueles que por serem mais jovens não a viveram mas dela desfrutam, em liberdade e pleno uso dos seus direitos, mostrando-lhes que a defesa do 25 de Abril é indissociável da luta por uma vida melhor numa sociedade mais justa.

São 48 anos de liberdade, de democracia, de esperança e de defesa intransigente dos valores de Abril, 48 anos com o significado de assim se ultrapassar o tempo vivido na longa noite fascista.

Sim, porque importa não esquecer que a Revolução do 25 de Abril culminou uma prolongada e heroica luta, pondo termo a 48 anos de fascismo e proporcionando o fim de um tempo de obscurantismo, opressão, esmagamento da liberdade, limitação dos direitos fundamentais, marginalização dos trabalhadores e do povo da vida política, subordinação do País e do povo aos interesses dos monopólios e do imperialismo.

A comemoração do 48º aniversário da Revolução de Abril, constitui um importante momento de afirmação da luta dos trabalhadores e do povo português, pela liberdade e a democracia e de exigência de uma política e de um rumo que responda aos problemas do País e às aspirações do povo português. A afirmação do que a Revolução de Abril representou enquanto processo de transformação social assume uma particular importância para a resposta aos problemas atuais.

Este mês comemoramos igualmente o 46º aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa, que consagra tudo aquilo que a Revolução de Abril significou para o povo português e para o país em termos de liberdade, de-

mocracia e esperança num futuro melhor, pilar determinante do regime democrático nascido da Revolução, sendo o garante dos direitos e liberdades e um instrumento para a transformação da sociedade, que dá enorme relevo aos direitos fundamentais dos trabalhadores e dos cidadãos, aos princípios de igualdade efetiva, participação e intervenção, constituindo um ideal de sociedade à medida do processo revolucionário que lhe esteve na origem.

A nossa Constituição, pelo seu conteúdo progressista, continua a ser o principal garante da democracia e da liberdade, consagrando o direito ao serviço público, designadamente à segurança social, à saúde e à educação, o direito ao trabalho e à habitação, razão porque importa defendê-la dos ataques da direita e do grande capital.

O caminho da Paz é um dos aspetos bem vinculados na nossa Constituição, que no nº 2 do seu Artigo 7º estabelece: *“Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos”*.

E esse caminho de paz é a única solução contra a guerra na Ucrânia, a qual não serve os interesses do povo ucraniano, nem do povo russo, e terá repercussões igualmente muito negativas nos restantes povos da Europa, mas serve os interesses dos EUA e do seu complexo militar-industrial que já estão a lucrar à custa do negócio da guerra, bem como à custa da imposição de sanções cujos custos vão sobrecarregar os trabalhadores e os povos, vão atacar direitos e as suas condições de vida, ao mesmo tempo que proporcionarão um ainda maior recurso aos produtos norte-americanos promovendo fabulosos lucros para os seus grupos económicos e financeiros.

Vamos comemorar o 25 de Abril e o 1º de Maio, defendendo a Revolução e os seus valores consagrados na Constituição da República Portuguesa, afirmando os direitos dos trabalhadores e a exigência de um Portugal desenvolvido e soberano, num mundo de paz, cooperação e amizade entre os povos.

## EDITORIAL

# Abril outra vez e sempre

Passam agora 48 anos da gloriosa revolução que derrubou a ditadura fascista, tantos quantos os que durou este regime que aterrorizou os portugueses e os povos das ex-colónias. O fascismo não foi apenas um regime de opressão e obscurantismo, foi também a expressão organizada de um poder num Estado ao serviço dos monopólios e dos grandes agrários que sujeitaram os trabalhadores e o povo a uma brutal exploração e o país ao atraso. Durante quase meio século, as elites políticas e económicas do fascismo protegeram o seu poder através do aparelho repressivo do Estado, institucionalizando a violência, o medo e a coerção como modos de perpetuar o seu jugo. A tortura era ferramenta corrente. Importa lembrar que de branda nada teve esta ditadura. Importa não esquecer os que pereceram às suas mãos. Lembrá-los é condição para honrar a democracia que com a revolução vingou e é condição para dela não nos perdermos.

Libertar Portugal do fascismo e promover a melhoria das condições de vida das massas e o desenvolvimento do País exigiu a liquidação simultânea do poder político e do poder económico das forças que sustentavam o fascismo – os monopolistas e latifundiários –, seus verdadeiros beneficiários. Não bastava, como pretendiam sectores da burguesia liberal, promover apenas mudanças políticas no regime.

A revolução de Abril foi feita também pela paz, contra a opressão nas ex-colónias, no respeito pela soberania e auto-determinação, libertação e emancipação dos seus povos.

No momento em que vivemos, lembramos os povos que enfrentam lutas diárias na construção da paz.

E com o despontar da primavera, ao recreio d’A Voz do Operário regressam, após três anos de paragem, as crianças da Marcha Infantil. Prontas para recuperar o tempo perdido, encontram-se todos os fins de tarde para preparar o desfile das Festas Populares que este ano regressam também por toda a cidade e ao Arraial d’A Voz. Até lá, encontramos-nos na Avenida da Liberdade, dia 25 de Abril, para celebrar e defender a revolução que foi e é futuro.

## a Voz do Operário

**PROPRIEDADE E EDIÇÃO** SIB A Voz do Operário  
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
Telefone: 218 862 155. E-mail: [jornal@vozoperario.pt](mailto:jornal@vozoperario.pt)  
**DIRETOR** Domingos Lobo  
**REDAÇÃO PRINCIPAL** Bruno Amaral de Carvalho  
**DESIGN E PAGINAÇÃO** Ana Ambrósio, Diogo Jorge  
**FOTOGRAFIA** Nuno Agostinho  
**COLABORADORES** Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais  
**REDAÇÃO** Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
**IMPRESSÃO** Empresa Gráfica Funchalense, SA  
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro  
**N.º DE REGISTO NA ERC** 107759  
**DEPÓSITO LEGAL** 6394/84  
**PERIODICIDADE** Mensal  
**TIRAGEM** 3.500 exemplares  
**ESTATUTO EDITORIAL** [www.vozoperario.pt](http://www.vozoperario.pt)



Membro da  
Associação da  
Imprensa  
Não-Diária

Associação  
Portuguesa  
da Imprensa  
Regional





## MARCHAS E ARRAIAL

# A Voz do Operário vai voltar a desfiler na Avenida



Marcha Infantil desce anualmente a Avenida da Liberdade.

Em 2022, passam três anos desde a última vez que centenas de mulheres e homens, e também meninas e meninos, desceram a Avenida da Liberdade na noite de 12 de junho. Sofia Cruz confessa-se “ansiosa” com as marchas populares deste ano. Apesar da experiência acumulada de várias edições como ensaiadora da Marcha Infantil d’A Voz do Operário, diz que “parece mentira” que se vá retomar as festas de Lisboa.

Eram já muitas as crianças a perguntar se havia marchas este ano e, para alegria de todos, a autarquia de Lisboa deu luz verde às festas da cidade. Os ensaios começaram já e o ambiente é de “euforia”, segundo Sofia Cruz, que revela que nesta edição só podem en-

trar 60 participantes e, ao contrário de outros anos, são todos d’A Voz do Operário. Esta decisão prende-se com a necessidade de assegurar alguma cautela sanitária e, desta forma, proteger as crianças e adultos.

O tema das marchas é definido anualmente pela autarquia e este ano optou-se pelas crianças e o fado. Integrado neste contexto, a Marcha Infantil d’A Voz do Operário vai levar uma canção usada em 2001, que fala precisamente do fado, e uma composição e letra nova de Ricardo Dias e Carlos Alberto Vidal.

Os ensaios acontecem de segunda a sexta-feira das 17 às 18 horas e a estreia, antes da descida na Avenida da Liberdade, acontece no dia 3 de junho,



Santos voltam à Voz.

sexta-feira, no Pavilhão Atlântico Altice Arena.

## Arraial promete muita animação

Uma vez mais, no âmbito das Festas de Lisboa, regressa também o tradicional Arraial d’A Voz do Operário que se realiza no beco lateral ao edifício da instituição. Decorado a preceito, anualmente centenas de voluntários dão vida e cor à festa da música e das tradicionais sardinhas assadas, entre outras iguarias.

O fado e a música popular, com exibições ao vivo, são já marca d’A Voz do Operário, espaço que milhares de pessoas escolhem para celebrar as festas populares.

## VOZ

## Assembleia Geral d’A Voz aprova relatório e contas

Os sócios d’A Voz do Operário participaram na Assembleia-Geral Ordinária de 31 de março onde discutiram e aprovaram o relatório e contas correspondente ao ano de 2021. O documento salienta o esforço levado a cabo pela instituição para minimizar os impactos das paragens no funcionamento presencial de alguns serviços, em consequência da pandemia, nomeadamente na oferta educativa, onde “tudo foi feito para que as nossas crianças, nos vários níveis de ensino, continuassem a ser acompanhadas, reproduzindo-se tanto quanto possível as dinâmicas de sala e tentando garantir o percurso e progresso de cada criança.” Foi referida a atribuição, pela Câmara Municipal de Lis-

boa, da gestão de mais dois equipamentos educativos. No que toca à área social, destaca-se o fornecimento de mais de 400 refeições diárias, fruto de um protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da resposta social de emergência alimentar. As comemorações do 138º aniversário da instituição foram marcadas pela homenagem prestada à resistente antifascista Conceição Matos, em reconhecimento de uma vida inteiramente dedicada às causas dos trabalhadores e do povo português. Do ponto de vista económico e financeiro, A Voz do Operário atingiu um volume de proveitos de 5,7 milhões de euros, tendo apurado um resultado líquido de 65 mil euros.

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária  
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%  
para sócios de A Voz do Operário**



# Exposição sobre o 25 de abril realizada pelos alunos do 2º ciclo



Alunos do 2.º ciclo visitaram o Museu do Aljube - Resistência e Liberdade.

## Alunos e professores do 2.º ciclo

Na oferta complementar de Projetos Interdisciplinares, e partindo de uma temática abrangente e definindo, *a priori*, um produto final de âmbito comunitário, os alunos do 2º ciclo, desenvolveram uma exposição sobre o 25 de Abril de 1974. Em pequenos

grupos dentro do grupo-ciclo, definiram subtemas e objetivos a atingir, transversais aos conteúdos das diferentes disciplinas e aos domínios previstos na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

Neste sentido, e tendo como ponto de partida uma visita de estudo ao Museu do Aljube, os alunos do 2º ciclo desenvolveram um projeto, no qual abordaram: as condições de vida e alimentação da população an-

tes do 25 de Abril, as condições de vida dos presos políticos, doenças associadas a essas condições de vida nas diferentes prisões políticas (Aljube, Peniche, Tarrafal), biografias de personalidades que contribuíram para a Revolução dos Cravos, os acontecimentos dos dias 24, 25 e 26 de Abril de 1974, a guerra colonial, a censura, entre outros subtemas ligados à revolução do 25 de Abril. Todos estes temas foram explorados não só na vertente histórica como também com uma ligação aos conteúdos/aprendizagens essenciais das diferentes disciplinas.

Tal como referido anteriormente, o trabalho partiu da visita de estudo à antiga prisão do Aljube. Este foi organizado em diferentes etapas, numa fase inicial foi feito um levantamento das aprendizagens essenciais a desenvolver em cada disciplina mobilizada no projeto (Português, Inglês, História e Geografia de Portugal, Ciências Naturais, Matemática, Educação Física, Educação Visual, Educação Tecnológica e Educação Musical) pelos alunos e professores. Após esta primeira fase procedeu-se à construção dos grupos de trabalho que partiram dos interesses dos alunos. Durante a fase de desenvolvimento do projeto, estes procederam à recolha de informação que lhes permitiu coconstruir aprendizagens no âmbito das diferentes disciplinas, para tal recorreram a diferentes fontes, nomeadamente livros da biblioteca escolar, manuais escolares, diferentes sítios na internet, e em alguns casos, contactaram diferentes instituições que, gentilmente, facultaram as informações em falta (Museu do Aljube, Museu Nacional de Resistência e Liberdade, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Instituto Nacional de Estatística). Após o tratamento da informação recolhida, os diferentes grupos, construíram os produtos culturais que posteriormente integrarão uma exposição. Por fim, todo o processo foi avaliação pelos diferentes intervenientes. O trabalho foi pautado pela negociação e regulado por diferentes instrumentos de monitorização do trabalho, como as listas de verificação com as aprendizagens essenciais e os planos de projeto. Este projeto culmina numa exposição com mais de 30 cartazes, através dos quais poderemos perceber alguns dos fatores críticos que levaram à revolução e consequentemente à LIBERDADE.

INSTITUCIONAL

Lisboa +55  
**GINÁSTICA**  
**MAIORES DE 55 ANOS**  
 SEG. E SEX. 16H30 - 17H30

INSCRIÇÕES  
 JÁ  
 ABERTAS

+ info.  
 tel. 218 862 155  
[ritagoverno@vozoperario.pt](mailto:ritagoverno@vozoperario.pt)



**COVID-19**

# Cabe a cada um de nós tomar medidas para controlar a infeção



Complete ou reforce  
a sua vacinação



Opte por usar máscara  
em espaços fechados  
ou em aglomerados



Lave ou desinfete  
as mãos



Areje os espaços  
interiores

Mantenha-se informado sobre as medidas em vigor em  
[dgs.pt](https://dgs.pt) e [covid19.min-saude.pt](https://covid19.min-saude.pt)

25 DE ABRIL



Alfredo Dinis (Alex), assassinado a 4 de julho de 1945, aos 28 anos.

# Quase meio século de violência

A revolução que derrubou a ditadura fascista celebra agora 48 anos, tantos como os que durou o regime que aterrorizou os portugueses e os povos das ex-colónias. Durante meio século, as elites políticas e económicas do fascismo protegeram o seu poder através do aparelho repressivo do Estado, institucionalizando a violência, o medo e a coerção como meios de perpetuar o seu jugo.

**Bruno Amaral de Carvalho**

## Assassinatos

Foi na madrugada de 25 de abril de 1974 que milhares de soldados, conduzidos pelo Movimento das Forças Armadas, protagonizaram um levantamento militar que pôs fim à ditadura fascista, uma meta cujo alcance dependeu em grande medida de uma acumulação de lutas construídas durante 48 anos na mais absoluta clandestinidade. Todos os que lutaram pela liberdade fazem parte dela mas muitos não a chegaram a conhecer.

Segundo José Pedro Soares, da União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), também ele ex-presos político,

foram cerca de 200 os assassinados pelo regime fascista em Portugal. Estes dados constam de um trabalho de investigação que está a ser desenvolvido e que pretende detalhar os números reais do número de mortos pela ditadura e de presos políticos.

Neste grupo, encontra-se Alfredo Dinis (Alex), assassinado na manhã de 4 de julho de 1945, aos 28 anos de idade. Operário metalúrgico, de Lisboa, iniciou a sua atividade política e partidária contra a ditadura ainda muito jovem e era dirigente do PCP. Foi assassinado no lugar da Bemposta, na estrada que liga Bucelas a Sobral de Monte Agraço, quando se dirigia a um encontro clandestino de bicicleta. Foi atropelado por uma carrinha da polícia política de então a PVDE e depois alvejado até à morte.

Fizeram o mesmo a 19 de maio de 1954 com a trabalhadora agrícola comunista Catarina Eufémia. Usaram as balas para calar a luta pela liberdade em Baleizão, no Alentejo. O mesmo método foi utilizado pela PIDE para assassinar o artista plástico José Dias Coelho, dirigente do PCP e falsificador de documentos. No dia 19 de dezembro de 1961, os inspetores dispararam sobre Dias Coelho na antiga Rua da Creche, em Lisboa.

Em 1958, no dia 31 de julho, de acordo com a página do Museu do Aljube - Resistência e Liberdade, o comunista Raul Alves foi atirado pela janela do terceiro andar da sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso. Segundo os agentes oficiais, teria sido suicídio. Várias pessoas foram testemunhas desta morte. Uma

dessas pessoas foi Heloísa Ramos Lins, mulher do embaixador do Brasil, Álvaro Lins, que denunciou o assassinato ao cardeal-patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira. “Não há motivo para ficar tão impressionada. Trata-se apenas de um comunista sem importância”, respondeu-lhe dias depois o Ministério do Interior.

Mas os assassinatos nem sempre ocorreram sob a forma de tortura ou arma de fogo. Em 1940, um dos líderes históricos do movimento anarco-sindicalista, Mário Castelhana, morreu vítima de febre intestinal, agravada pela constante falta de assistência médica e medicamentosa, bem como pelas paupérrimas condições de higiene do Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. Foi neste campo



de concentração que o então secretário-geral do PCP, Bento Gonçalves, morreu de “febre biliosa hemoglobinúrica”, também por falta de cuidados médicos. Outro dirigente do PCP, Militão Ribeiro, morreu aos 54 anos, debilitado pelas sucessivas prisões tortura e falta de assistência médica. Uma doença pulmonar infecciosa foi fatal. Apesar da gravidade da doença, foi colocado em regime de isolamento durante nove meses sem acesso a cuidados de saúde. Escreveu uma carta com o próprio sangue a denunciar as autoridades e acabou por morrer em 1950. Quando morreu pesava 32 quilos.

Contudo, para além dos 200 homens e mulheres assassinados em Portugal, o regime fascista foi responsável por incontáveis mortes nas colónias contra os povos autóctones, nomeadamente em contexto de lutas laborais.

Só no Massacre de Batepá (S. Tomé, 1953) terão sido mortas 200 pessoas. Mas houve também repressões homicidas contra os trabalhadores portuários de Bissau (Massacre de Pinjiguiti, 1959), contra os trabalhadores rurais da Companhia Geral dos Algodões de Angola (Revolta da Baixa do Cassanje, 1961), entre outros.

## Tortura

Segundo a historiadora Irene Pimentel, “Álvaro Cunhal contou que, da primeira vez em que foi preso, nos anos trinta do século XX, o colocaram, algemado, no meio de uma roda de agentes, onde foi espancado a murro, pontapé, cavalo-marinho e com umas grossas tábuas. Depois, deixaram-no cair, imobilizaram-no no solo, descalçaram-lhe os sapatos e meias e deram-lhe violentas pancadas nas plantas dos pés. Quando o levantaram, obrigaram-no a marchar sobre os pés feridos e inchados, ao mesmo tempo que voltaram a espancá-lo. Isto repetiu-se por numerosas vezes, durante largo tempo, até que perdeu os sentidos, ficando cinco dias sem praticamente dar acordo de si”.

Nesse período, entre os anos 30 e 40, a forma mais habitual de tortura eram os espancamentos, acompanhados da tortura da estátua, em que o detido tinha de estar de pé durante longas horas virado para uma parede. Sempre que caía, os agentes pontapeavam-no.

Ao longo das décadas, as formas de tortura foram sendo apuradas e mais diversificadas. Em 1961, Octávio Pato foi impedido de dormir durante onze dias e onze noites, de uma vez, e sete dias e sete noites, noutra, com um pequeno intervalo de dois ou três dias. Esta técnica era ainda mais dura para o detido devido ao desgaste físico e psicológico.

De acordo com Irene Pimentel, a polícia política portuguesa começou efetivamente a aperfeiçoar “cientificamente”

os seus métodos de tortura, a partir do final dos anos cinquenta, em contacto com serviços secretos e polícias de outros países, nomeadamente os norte-americanos da CIA.

Nobre de Melo, autora de um livro sobre mulheres portuguesas na resistência ao fascismo, escreveu sobre o caso de Olímpia Brás, do Couço, espancada por duas agentes da PIDE até ficar com o braço completamente negro. Como não gritou ou chorou, uma das agentes bateu-lhe com a cabeça contra a parede. Depois, ficou sentada num banco, no meio da sala, sem se encostar, revezando-se os agentes, que chegaram a ser vinte, para não a deixarem dormir, durante horas e horas, com ameaças, insultos e humilhações. Ao fim de três noites, entrou o inspetor Silva Carvalho, avisando-a que seria despida, se não falasse. As agentes Madalena e Assunção deixaram-na nua, batendo-lhe a primeira agente com um cassetete no peito esquerdo, que ficou negro de repente.

“Muitos camaradas nossos foram selvaticamente torturados: com espancamentos brutais durante horas e horas a cavalo-marinho e com grossas tábuas, apertos de testículos, queimaduras com faíscas eléctricas e com cigarros, pancadas brutais na planta dos pés descalços, etc. Nos últimos anos, a polícia tem vindo a redobrar de brutalidade nos espancamentos; muitos camaradas saem dos interrogatórios com o corpo negro e a sangrar, alguns mesmo com fracturas depois das horas seguidas de cruéis espancamentos a casse-tête e cavalo-marinho; as mulheres já não são poupadas às brutalidades e algumas têm sido despidas e chicoteadas pelos bandidos da PIDE. Durante dias seguidos, os presos são submetidos a uma tremenda pressão nervosa pela polícia, que os impede de dormir, os maltrata continuamente e os ameaça de morte (...)”

Álvaro Cunhal

A resistência das mulheres nas prisões fascistas e os métodos específicos de tortura de que foram alvo - através de menorização moral (que jogava metodicamente com a condição feminina da época) e a violência sexual - é uma história que precisa de continuar a ser desenterrada. Muitas foram as mulheres que morreram sem nunca terem tornado públicos os episódios a que sobreviveram, mas por aquelas que falaram, conseguimos antever a ponta deste iceberg. Conceição Matos, militante comunista, presa quando estava na clandestinidade, testemunha: “Tantas vezes tentei fazer as minhas necessidades quantas fui interrompida pela entrada dos «pides» e acabei mesmo por me aliviar na sua presença. O meu estado de tensão era tal que à mistura com aquilo tudo, fartei-me de vomitar. Foram-me despindo aos poucos e tentaram obrigar-me a limpar a porcaria com a minha roupa. Opus-me terminantemente e tiveram eles que ensopar os excrementos e a urina na minha roupa

e arrastar tudo pela sala em direcção à casa de banho. O Tinoco provocava-me de forma mais coesa, ofendendo-me na minha dignidade de mulher. Eu já estava em combinação”.

## Presos políticos

O número de presos políticos em Portugal estima-se em cerca de 30 mil. Segundo José Pedro Soares, a contagem é um trabalho que exige rigor e investigação. Recorda que antes de 1933 não havia política política e que as prisões eram feitas pela PSP ou GNR. Há dois anos, ao Polígrafo, o historiador Fernando Rosas, refere isso mesmo ao indicar que “a contabilização precisa do número dos presos políticos desde a instauração da ditadura militar em 28 de maio de 1926 até ao 25 de abril é difícil devido ao facto de até 1934 haver várias entidades (Exército, PSP, GNR, polícia política, etc.) a realizar prisões políticas e não haver informação estatística específica e centralizada. Ela

## Censura

Apesar das promessas de que a jovem ditadura não iria tornar permanente a censura à imprensa, a verdade é que veio para ficar. O objetivo era silenciar qualquer crítica ao novo regime. Menos de um mês depois do golpe militar de 28 de Maio, a 22 de junho de 1926, foi instituída a Censura Prévía, tido como medida transitória. Dois dias depois, os jornais apareciam com a seguinte mensagem: “este número foi visado pela Comissão de Censura”.

Para terem autorização para a sua impressão, os jornais eram obrigados a enviar quatro provas de cada página para a comissão.

É em 1933, com a instauração da constituição fascista, que a Censura Prévía é legalmente instituída e as Comissões de Censura passam do Ministério da Guerra para o Ministério do Interior.

São muitos os exemplos de censura ao longo das décadas mas também de encerramento de jornais e prisão de jornalistas. Entre eles, A Voz do Operário, que foi objeto do corte de artigos através do lápis azul. Segundo o Museu da Imprensa, a 17 de Agosto de 1936, a Censura corta integralmente a última crónica de Mário Neves para o “Diário de Lisboa”, sobre a Guerra Civil de Espanha. Enviada telefonicamente de Badajoz, ela só viria a ser divulgada em Portugal depois do 25 de Abril.

Em janeiro de 1947, dez anos depois, é o próprio Salazar que repreende por escrito os serviços centrais da Censura por terem sido brandos com o semanário “Agora” que, além de uma suspensão, ficou sujeito a provas de página. Salazar queria maior dureza: “mais valia ter alargado a suspensão”, escreveu ele, como se pode ler na “História da Censura em Portugal - contributos para uma cronologia”.

Mas a censura não visava apenas a imprensa. A Sociedade Portuguesa de Escritores foi assaltada pela PIDE, na noite de 21 de Maio, na sequência da atribuição do Grande Prémio de Novela ao autor de “Luanda”, o escritor angolano Luandino Vieira, que se encontrava preso no Tarrafal por motivos políticos.

Na noite de 24 para 25 de Abril, a censura continuou a trabalhar e fez vários cortes. Várias notícias sobre o movimento dos Capitães de Abril foram censuradas, mesmo de madrugada. Até ao fim, o regime fascista não deixou de perseguir quem trabalhava na imprensa. A dois dias da revolução, a PIDE levou a cabo uma das últimas vagas de prisões contra jornalistas. À A Voz do Operário, um desses detidos, Fernando Correia, do Diário de Lisboa, recorda que foi à volta de uma dezena e de vários órgãos de comunicação social, entre os quais o seu, o República e a agência France Press. Para o Diário de Lisboa, acabou por escrever uma crónica sobre a revolução vivida na prisão.

ANNA KUZNETSOVA

# “Batalhões nazis aterrorizaram a população”

Anna Kuznetsova tem 25 anos e é professora de russo numa escola técnica em Donetsk, onde vive desde sempre. Prefere não dar a cara porque teme represálias contra familiares que estão do outro lado da linha da frente, na parte da região separatista de Donbass sob controlo das tropas ucranianas. São oito anos de uma guerra civil que se internacionalizou com a entrada da Rússia no conflito.



Anna prefere não dar a cara porque teme represálias contra familiares que estão do outro lado da linha da frente.

**Bruno Amaral de Carvalho**

## Por que razão decidiu Donbass insurgir-se contra o governo de Kiev em 2014?

Em Donetsk e Lugansk, como noutras cidades da Ucrânia, o povo revoltou-se em 2014 como resposta ao golpe neoliberal de extrema-direita, mais conhecido como Euromaidan. Este golpe ficou conhecido por ter sido liderado pelo governo dos Estados Unidos. Até 2014, a Ucrânia era um país bastante democrático, tão democrático como um Estado burguês pode ser. As pessoas, especialmente nas regiões pró-rusas, compreenderam o que o novo governo estava a trazer: reformas neoliberais, nacionalismo ucraniano extremista e uma revisão da história.

Estes protestos tinham um carácter popular. Muitas pessoas ficaram em choque com os acontecimentos em Odessa a 2 de maio de 2014, quando militantes de extrema-direita, apoiados pela polícia, mataram 50 pessoas. Muitos deles foram queimados vivos na Casa dos Sindicatos, e aqueles que tentaram fugir do edifício em chamas foram espancados até à morte.

Os protestos contra o golpe foram brutalmente reprimidos. O terror começou na Ucrânia. Culminou numa guerra civil contra as proclamadas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk.

Como testemunha desses acontecimentos, eu diria que a maioria das pessoas aqui presentes apoiou a ideia de independência. Entre aqueles que não apoiaram a revolta encontravam-se sobretudo homens de negócios, membros da classe média e alguns intelectuais. Ou seja, o apoio à secessão da Ucrânia veio

principalmente da base social, da classe trabalhadora.

Por vezes, vejo que na imprensa ocidental estes acontecimentos são apresentados como um conflito étnico entre russos e ucranianos. Do meu ponto de vista, isto não é verdade. Donbass é etnicamente muito diverso. Por exemplo, eu sou descendente de russos, ucranianos e bielorrussos que vieram após a Segunda Guerra Mundial para reconstruir a região. Este conflito foi sobretudo ideológico. As pessoas não queriam admitir a dependência da NATO e dos Estados Unidos, não queriam as reformas ultraliberais que estavam realmente a acontecer na Ucrânia, não queriam a opressão da língua russa e não queriam a glorificação dos colaboradores nazis ucranianos. Existe aqui uma grande simpatia pelo passado soviético. Penso que esta é a componente mais importante da identidade de Donbass.



A 26 de maio de 2014, a aviação militar ucraniana começou a bombardear Donbass com aviões. Houve as primeiras baixas civis. Antes disso, o exército ucraniano começou a reprimir os motins noutras cidades de Donbass. O Estado ucraniano não chamou guerra civil à guerra civil durante todos estes oito anos. Chama-lhe operação antiterrorista, embora tenham sido o exército ucraniano e os batalhões neonazis que foram lançados para reprimir as regiões rebeldes que se comportaram como terroristas: bombardeando bairros residenciais, destruindo infraestruturas, privando as pessoas de direitos civis e intimidando a população.

### Porque pensa que a Rússia define o regime da Ucrânia como regime nazi?

Esta interpretação está próxima da verdade. A Ucrânia estabeleceu um regime de direita semelhante aos da América Latina no século passado. Foi um processo de fascização. As autoridades utilizaram a extrema-direita para suprimir os opositores políticos. Houve uma revisão da história a nível estatal. Os colaboradores nazis ucranianos são considerados heróis. Os neonazis criaram organizações para crianças.

Em Donbass, os batalhões nazis desencadearam o terror contra a população local. Organizações internacionais de direitos humanos documentaram os crimes de unidades como Azov, Aidar, Donbass e Tornado, que torturaram residentes locais, levaram a cabo execuções extrajudiciais, extorquiram propriedades e cometeram violência sexual.

### Apesar dos acordos de paz, assinados em Minsk, a Ucrânia continuou a bombardear-vos como dizem os russos?

Sim, é verdade. As zonas da linha da frente são particularmente afectadas. Agora os bombardeamentos continuam. Vi que os meios de comunicação ocidentais por vezes colocam fotografias de Donetsk como se fossem da Ucrânia.

### E é verdade que o vosso presidente, Zakharchenko, da auto-proclamada República Popular de Donetsk, também ele membro das conversações de paz, foi morto por uma bomba colocada pela Ucrânia num café?

Confio nas informações oficiais do nosso Ministério da Segurança do Estado.

### O que é que acha que as populações de Donbass pensam sobre a intervenção militar russa?

Tenho a impressão de que o nosso povo simpatiza com os civis que foram mantidos reféns pelo regime de Kiev, mas deseja uma rápida derrota do regime odiado de Kiev. Agrada-me que o nosso povo seja, na sua maioria, desprovido de ódio pelos ucranianos.

### A Rússia usa a palavra genocídio para definir o que estava a acontecer em Donbass. Acha que se tratou de um genocídio?

Parece-me que se trata de uma disputa terminológica. Penso que é melhor chamar-lhe terror. Mas isto não diminui a criminalidade dos actos do governo ucraniano.

### Como está a situação neste momento? Como é que vive a população?

Continuamos a sofrer com os bombardeamentos. A Ucrânia está a destruir propositadamente as infraestruturas civis. Temos problemas com o abastecimento de água. Para além de tudo o resto, gostaria de acrescentar que temos vindo a sofrer de um bloqueio económico que dura há oito anos.

### Como vê a cobertura mediática sobre a guerra em Donbass e a cobertura mediática agora sobre a guerra na Ucrânia?

Vou responder com uma palavra: hipocrisia. Os Estados Unidos e os países da NATO não têm qualquer direito a serem juízes morais. Agora estes Estados e os

seus aliados continuam a travar guerras em África, na Síria e no Iémen. É muito escandaloso que os meios de comunicação ocidentais escrevam que os ucranianos merecem mais simpatia porque são brancos e cristãos. Esta cobertura está cheia de racismo e de ideias coloniais.

Na altura [durante a guerra em Donbass], todos, exceto os comunistas e alguma esquerda, fizeram vista grossa aos crimes da Ucrânia. A propaganda ucraniana afirmava que os terroristas viviam aqui e que eles próprios se estavam a bombardear a si próprios. Ninguém declarou sanções contra a Ucrânia. Mas as repúblicas de Donbass foram pressionadas economicamente. Agora as autoridades ucranianas estão a espalhar a ideia de que aqui não há destruição alguma e que os mortos são “muito poucos”. As pessoas de cá estão a levar a sério esta injustiça.



### Donbass, território rebelde

Até 2013, viviam na região de Donetsk 4.43 milhões de pessoas, o que constituía 10% da população total da Ucrânia. Era não só a zona mais populosa e densamente povoada do país como era um dos principais bastiões económicos do país com importantes cidades industriais.

De acordo com o Observatório da Transição de Regiões Intensivas em Carvão, a produção industrial em Donetsk permanece elevada, apesar de nos últimos quatro anos (2017 em comparação com 2013) o volume da produção industrial na região ter diminuído 2,4 vezes. Em 2016, a região de Donetsk ocupava a segunda posição entre 24 regiões da Ucrânia pela quota de produtos industriais vendidos no volume total de vendas na Ucrânia. No que diz respeito à estrutura setorial, a região é aquela que tem a parte predominante de especialização mineira e metalúrgica: as indústrias dominantes são a metalúrgica (47,1%) e a mineira (15,2%), que surgiu como resultado da orientação histórica da economia do país para a exploração extensiva dos recursos naturais durante a União Soviética.

De acordo com dados oficiais de 2016, com a guerra civil, a quota do setor terciário na região diminuiu significativamente (de 50% para 40,0%, em 2016), principalmente devido à redução dos volumes de comércio, despesas para a educação e serviços de saúde. A indústria emprega quase 45,0% da população ativa da região, 18,4% dedicam-se ao trabalho em apoio social, educação e saúde, outros 10,1% trabalham na administração pública e 7,3% no setor dos transportes.

Já a indústria mineira emprega cerca de 25,5% da população ativa, sobretudo na extração de carvão, e a metalurgia tem também um peso importante na economia da região. É este o contexto estratégico que faz de Donbass uma zona de importância económica. A norte do Oblast de Donetsk, encontra-se Lugansk, que, em 2004, tinha quase 2.5 milhões de habitantes. Com a mesma estrutura económica, a extração mineira era uma das principais atividades. Foram estas regiões que se auto-proclamaram independentes em 2014.



## SEIXAL

# Seixal inaugura sede de associação de mulheres ciganas

Nova casa da Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas (AMUCIP) no Seixal foi inaugurada pela autarquia. Município investiu cerca de 100 mil euros.

“Estas novas instalações vêm melhorar as condições para o desenvolvimento de actividades e para a resposta da associação às múltiplas necessidades da comunidade”, afirmou Joaquim Santos, presidente da autarquia, num comunicado da Câmara Municipal do Seixal.

Segundo o autarca, a AMUCIP “tem realizado um trabalho ímpar no empoderamento das mulheres da comunidade cigana, promovendo e divulgando a sua cultura e contribuindo para o reconhecimento da força social das mulheres”.

De acordo com o meio digital *AbrilAbril*, as novas instalações na Praceta Gregório Crispim Oliveira, na Arrentela, foram adquiridas e requalificadas com o objetivo de dar uma nova casa à AMUCIP e ao Centro Romi do Seixal, nascido no âmbito do projeto “Empoderar da AMUCIP”. Este espaço passa a ter uma zona inteiramente dedicada à oferta gastronómica cigana, ao apoio escolar das crianças e a criação de “um espaço beleza”.

A AMUCIP está presente no município do Seixal desde o ano 2000, ano da sua constituição, onde “desenvolve diversos projetos de sucesso no âmbito da integração e desenvolvimento das comunidades ciganas, designadamente na área da educação e capacitação/empoderamento das mulheres”, através de processos de educação contextualizada e comunitária que decorrem desde 2017.



AMUCIP está presente no Seixal desde 2000.

Mais recentemente, estes projectos foram integrados, e desenvolvidos, no âmbito do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas do Seixal 2019-2025.

## EDUCAÇÃO

# Estudantes assinalam 60 anos da crise académica com protestos

Alunos de todo o país assinalaram o Dia Nacional do Estudante com protestos em várias escolas e manifestação em Lisboa, na data dos 60 anos da crise académica de 1962.

Este ano, o Dia Nacional do Estudante coincidiu com os 60 anos da crise académica de 1962 e, seis décadas depois, os estudantes voltaram a sair à rua, para exigir um melhor ensino superior. Foram muitos os que percorreram o percurso entre a Praça do Rossio e a Assembleia da República, respondendo ao repto do manifesto da associação de estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, subscrito pela Federação Académica de Lisboa, pela Associação Académica da Universidade de Lisboa e por associações de estudantes de outras 12 instituições em Lisboa, Porto e Caldas da Rainha.

Para além dos estudantes do ensino superior, também muitos alunos do ensino secundário se juntaram em protesto por melhores condições nas escolas.

Há 60 anos, milhares de estudantes foram detidos e espancados pela polícia em pleno regime fascista. A principal reivindicação era a liberdade de associação e as liberdades democráticas em geral. A autonomia universitária, desligando a academia do poder político e policial, era uma das exigências, assim como o protesto contra o ataque às associações de estudantes e as ocupações policiais.

## A VOZ do corvo



## Hoje e Ontem

Há bem poucos dias o Presidente da República homenageou com a mais alta condecoração do país o Serviço Nacional de Saúde e todos nós entendemos o gesto como um justo reconhecimento e nos sentimos felizes.

O corvo é animal de longa vida, dizem, e o escriba que lhe dá Voz nestas crónicas já passou dos 90 anos e tem nas memórias da sua infância a ideia de que quando uma criança adoecia (e naquele tempo o índice de morbilidade infantil era elevadíssimo), se a sua família fosse rica ia consultar um médico num consultório ou

chamava-o a casa; se fosse remediada (e havia poucas) ia a uma Policlínica e se fosse pobre (e pode dizer-se sem exagero que eram quase todas) só restava a caridade ou os hospitais civis.

E isso era sempre doloroso para a família, último recurso e sinal desprestigiante de pobreza ou de falta de cuidados.

Se uma maleita prolongada ou um acidente invalidasse um homem, chefe de família, à sua mulher só restava a caridade ou trabalhos redobrados e às crianças, muitas vezes, o asilo.

O desaparecimento de qualquer membro ativo de uma família, para além da dor que acarretava, trazia sempre consigo um salário a menos e o incremento de dificuldades financeiras, onde se incluía naquela altura e com grande peso as despesas funerárias e era essa a razão pela qual muitas associações mutualistas, entre os quais e com papel pioneiro a Voz do Operário, procuravam dar na morte a dignidade que os trabalhadores mereceram na vida.

Férias pagas não havia para a maioria da população e os despedimentos dependiam muitas vezes do humor dos patrões.

Abonos à família também não e a exploração do trabalho infantil, nos campos e nas cidades, era prá-

tica corrente e por alguns aceite sem revolta (“o trabalho do menino é pouco, mas quem o não aproveita é louco”).

Lentamente, com avanços e recuos que cabem tanto na evolução como na revolução, este quadro modifica-se e, de facto, pode dizer-se que Portugal caminha para ser um Estado Providência.

Já o afirmava a Constituição de 1976 ao falar de “abrir caminho para o socialismo”.

Se é verdade que alguns fatores da vida comunitária ficaram para trás, como é o caso da habitação para o maior número onde a intervenção do Estado infelizmente é reduzida, é notável o esforço feito por um país de poucos recursos naturais ao conseguir, superando dificuldades, implantar e pôr a funcionar um sistema que controlou e fez parar uma pandemia e, sobretudo, sem ter perguntado a quem quer que fosse se era rico ou pobre ou sequer indagasse quem se responsabilizaria por eventuais despesas de tratamento (como sucede no setor privado da saúde).

Por tudo isto é bem merecida a condecoração atribuída. Oxalá ela se possa estender em breve a outros setores do bem-estar social.

Francisco da Silva Dias



## ASSOCIATIVISMO



A CPCCRD representa as 33 mil associações de todo o país.

# Confederação - casa cheia em dia de congresso das colectividades

“Portugal precisa das colectividades” foi mote para congresso extraordinário em Almada

Os delegados ao congresso extraordinário da Confederação Portuguesa das Colectividades encheram este sábado a Academia Almadense para debater a realidade do movimento associativo popular, rever os estatutos e apontar caminhos para o futuro.

Este importante momento para a vida do associativismo contou com a participação de dirigentes de

colectividades de vários pontos do país, de Viana do Castelo a Olhão. Os trabalhos dos delegados desenrolaram-se ao longo do dia e começaram com uma avaliação da situação social do movimento associativo, onde não se deixou de lembrar todos os constrangimentos provocados pela pandemia e o papel responsável assumido pelas mais de 30 mil colectividades. A

retoma associativa foi feita com segurança proporcionando às comunidades locais, actividades culturais, recreativas e desportivas que revitalizaram a economia, o convívio e as saúdes física e mental.

Entre os pontos discutidos, em cima da mesa esteve o processo de capacitação de dirigentes e entidades associativas e a importância de valorizar as capacidades de todos os que participam na vida das associações, um trabalho que tem vindo a ser aprofundado nos últimos anos pela Confederação.

A parte da tarde foi dedicada à revisão dos actuais estatutos com o objectivo de adaptar a organização aos desafios do presente. A aprovação da proposta apresentada aos delegados é fruto de um processo de profunda discussão interna com uma ampla participação que revela o carácter democrático do movimento associativo popular.

Neste congresso extraordinário, foi ainda aprovada uma resolução associativa que, para além de outros considerandos (em anexo), apela à nova Assembleia da República e ao novo governo para considerar as propostas já apresentadas de revisão da legislação associativa e as propostas entregues ao poder executivo e legislativo aquando da discussão da proposta de Orçamento do Estado para 2022, assim como apoios às colectividades no âmbito dos combustíveis, gás e electricidade.

Uma das críticas do movimento associativo foi precisamente a falta de reconhecimento e apoio financeiro regular e transparente por parte dos poderes públicos, a quem compete constitucionalmente proporcionar o acesso, produção e fruição da cultura, recreio e desporto.

Este congresso extraordinário foi o pontapé de saída de um ano em que a Confederação vai realizar um segundo congresso a 16 de Julho para eleger os órgãos sociais desta organização já com os novos estatutos em vigor.

Com cerca de 38 estruturas descentralizadas por todo o país, a CPCCRD representa as 33 mil associações, onde estão envolvidos mais de 400 mil dirigentes, e é entidade com estatuto de utilidade pública desde 1978, tendo como missão o reconhecimento e a valorização do movimento associativo, nomeadamente através da apresentação e discussão de diplomas legais adequados e justos para as colectividades de cultura, recreio e desporto.


INSTITUCIONAL

## Doe 0,5% do seu IRS à Voz!

NIF 500 259 518

Este apoio não tem qualquer custo: a percentagem em causa diz respeito ao imposto já liquidado.

E o valor pago de IVA também pode ser consignado!

 **Ajudar assim não custa**

 **A VOZ DO OPERÁRIO**



## SOCIEDADE



A central sindical considera que o aumento geral dos salários a solução primordial.

## CGTP-IN contesta aumento do custo de vida

A central sindical contesta a escalada de preços e as consequências da guerra em curso da Ucrânia sobre os trabalhadores e a população.

Com um novo governo a entrar em funções, Isabel Camarinha, secretária-geral da CGTP-IN, não quis comentar as caras dos ministérios. “Para a CGTP-IN o

que importa não são as pessoas que ficam nos ministérios, mas sim as políticas que serão seguidas pelo novo governo. O que nos interessa é saber o que o governo

pretende fazer, sobretudo face à atual situação de aumento brutal do custo de vida”, disse à agência Lusa.

A Intersindical Nacional prometeu que vai continuar a exigir ao novo governo a alteração das políticas, de forma a responder às necessidades dos trabalhadores, da população e do país, independentemente da ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, ter sido reconduzida.

Em comunicado, a central sindical afirmou que “os trabalhadores e suas famílias estão confrontados com o aumento brutal do custo de vida e a degradação dos salários, empobrecendo os trabalhadores ao mesmo tempo que as multinacionais se preparam para concentrar lucros e dividendos cada vez maiores”. Para a CGTP-IN, isto “não é aceitável”.

Com a escalada de preços, esta central sindical considera que os combustíveis “são apenas a face mais visível desta escalada uma vez que todas as classes de bens e serviços estão num processo de subida desde os mais essenciais, como os alimentares, incluindo o pão, aos outros bens, como os de lazer e de cultura”.

Nesse sentido, considera que o aumento do preço da energia não explica tudo porque “o enorme aumento nos preços de venda dos combustíveis não é só explicado pelo custo do barril de petróleo, pois as distribuidoras adquiriram o produto a valores mais baixos que os atuais”. A CGTP-IN denuncia um aumento da margem de lucro em detrimento do empobrecimento da população mas recorda que a especulação não se deve apenas aos preços da energia. “O poder de mercado das empresas têm também importantes papéis”.

Como solução, a central sindical considera que o aumento geral dos salários “já era uma emergência nacional e é agora fundamental também para fazer face ao aumento geral dos bens e serviços com que estamos a ser confrontados”.

### A VOZ dos livros



#### **Cartografia de Lugares Mal Situados (10 Contos da Guerra), de Ana Margarida de Carvalho**

Autora premiada e uma das vozes literárias mais fecundas da nossa actual ficção, vencedora em 2017 do Prémio de Conto Camilo Castelo Branco, com o livro *Pequenos delírios Domésticos*, Ana Margarida de Carvalho regressa a esse difícil género com um livro que percorre as fissuras, a crueldade e a desumanização que as guerras configuram.

Dir-se-ia um livro construído à medida deste nosso tempo, não fosse o caso de a autora percorrer, com uma superior qualidade prosódica e domínio lexical,

as várias guerras que ao longo de séculos vêm assolando a humanidade.

*Cartografia de Lugares mal Situados* fala-nos do mal absoluto, dos dramas que as guerras transportam em seu bojo (não existem guerras sem drama), das cinzas, do medo, mas também nos diz da solidariedade, das emoções, de lágrimas que para sempre ficarão a estrumar os campos devastados. Um livro intenso, sagaz e modelar no género, mesmo quando o discurso, ora agreste, ora imbuído de piedade pelas vítimas, de denúncia da violência, tem que descrever o lodo, o horror, a insídia e a morte.

Os dez contos deste livro, passados em tempos e geografias diversas, com um título retirado/sugerido (como acontece com outros livros da autora), por um poema de Daniel Faria: «Homens que são como lugares mal situados/Homens que são como casas saqueadas», excerto que abre o texto e lhe confere as coordenadas em que a narrativa decorre (as guerras, o seu despojo, é feito de miséria, fome, cicatrizes difíceis de sarar) mesmo quando o factual serve de tema central, ampliando a sua contextualização e a avassaladora transcrição do real que o modo literário de Ana Margarida de Carvalho transfigura, transpondo essa realidade para o seu universo fabular com a mestria que se lhe reconhece.

Um livro que nos fala do absurdo que a guerra transporta em seu bernal de assombros, de armários-fortale-

za, de labirintos do medo, da loucura dos «germes que contaminam as ruas», da crueldade, dos subterrâneos do horror em que se «arrasava simultaneamente o físico e a alma», da Guerra Civil de Espanha e da barbárie que o franquismo espalhou pelos seus campos; as invasões francesas e o seu cortejo de saques e violações, de fugas e reencontros, de aldeias desprotegidas, da solidariedade possível em tempos funestos; dos crimes praticados pelos nazis e pelos aliados na 2.ª guerra (nesse território do horror, não há inocentes); fala-nos dos órfãos, daqueles seres, milhares, que vaguearam perdidos no medo e na rejeição, açoitados pelo frio, pela fome, pelos encantos, «sem energia sequer para enxotar as moscas.» Filhos de ninguém, que ninguém queria; o lado sórdido, quase ignorado, do nazi-fascismo. Do terror que começa de novo, na neoliberal Europa, a exhibir as garras da incidia e da vergonha. Um livro que se nega ao olvido, que se inquieta, que questiona de modo claro e crítico, com a consciência plena do tempo que habitamos, os grandes dramas da humanidade.

Mais um grande livro de uma das nossas mais singulares escritoras.

*Cartografias de lugares mal situados (10 contos da Guerra), de Ana Margarida de Carvalho – Relógio D'Água*

**Domingos Lobo**



DIREITOS

# Mulheres exigem igualdade na vida

O 8 de Março, dia Internacional da mulher, foi este ano assinalado com duas grandes manifestações nacionais convocadas pelo Movimento Democrático de Mulheres.

“Exigir igualdade na vida - os direitos das mulheres não podem esperar!” foi o mote para que milhares de mulheres saíssem à rua, primeiro no Porto, a 5 de Março e novamente em Lisboa, no dia 12 de Março, onde nem a chuva impediu uma participação expressiva.

Para estas mulheres “Não há desculpa!” para as diferentes formas de violência contra as mulheres; para as desigualdades no acesso das mulheres à saúde; para a objectificação, exploração e mercantilização do corpo da mulheres e para a degradação das suas condições de vida e de trabalho.

Foram muitas as reivindicações espelhadas nas faixas e cartazes seguradas por mulheres de todo o país. A exigência do direito de todas as mulheres a cuidados de saúde de proximidade e de qualidade ( com especial foco na saúde sexual e reprodutiva) e a uma vida livre de violências, em casa, no trabalho, no espaço público, na publicidade, na internet, nas zonas de conflito e de guerra. Esteve igualmente presente a luta contra os horários desregulados, pelos direitos de maternidade e pelo acesso gratuito e universal a creches.

Para o MDM a degradação das condições de vida e de trabalho, agravadas pela pandemia, colocam as mulheres numa posição vulnerável às múltiplas formas de violência, sendo por isso fundamental eliminar desigualdades e discriminações das mulheres no trabalho, na família e na sociedade, garantindo o direito das mulheres à realização pessoal, profissional e social.

Num momento de grande preocupação com pela escalada de conflitos vividos a nível internacional, “Pela Paz, pelo pão, as mulheres cá estão” foi uma das palavras de ordem mais ouvidas, até porque no entender do MDM sem paz não há igualdade. A solidariedade com as mulheres e os povos da Ucrânia e do resto do mundo que sofrem guerras e ocupações esteve bem patente nestas manifestações. Para o MDM é fundamental ga-



“Os direitos das Mulheres não podem esperar!”

rantir a concretização da igualdade na vida e o respeito pelos direitos, integridade, segurança e dignidade de todas as mulheres.

Marcaram presença nestas manifestações associações de diversas áreas da sociedade como a AMUCIP, a ASPP/PSP, a CNA, o CPPC, a URAP, entre muitas outras.

Para 2023 está novamente convocada a Manifestação Nacional de Mulheres para o Porto e Lisboa, a 4 e 11 de março.

DESPORTO

# Correr pela liberdade



Inscrições até ao próximo dia 18, na página da ACCL.

É já no dia 25 de Abril que a Corrida da Liberdade volta às ruas de Lisboa para celebrar os 48 anos da revolução. O ponto de chegada vai ser a Praça dos Restauradores, para onde milhares de corredores vão convergir a partir de diferentes percursos. A prática desportiva e o associativismo foram também conquistas importantes do processo revolucionário e esta prova está a cargo da Federação das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto do Distrito de Lisboa, da Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa (ACCL), da Associação 25 de Abril, com o apoio da autarquia.

A prova é aberta a toda a população, incluindo aos praticantes de desporto adaptado, e conta com três provas de atletismo – de 11000 metros, 5000 metros e 1000 metros – e ainda uma caminhada. Os percursos, dispersos pela área geográfica da cidade, vão permitir colorir as ruas da cidade.

As inscrições decorrem até ao próximo dia 18 de abril na página da ACCL, onde também se encontra o regulamento da prova.

INSTITUCIONAL

# Centro de Convívio

JÁ ABRIU

🕒 Seg. a sex, 14h-17h30

- Atividades socioculturais e recreativas
- Promoção do bem-estar e saúde
- Participação social

A VOZ DO OPERÁRIO

R. Voz do Operário, 13, Lisboa

+ info  
secretaria  
ritagoverno@vozoperario.pt



## HEGEMONIA



Correspondente de canal norte-americano diz tratar-se de uma guerra surpreendente por “serem europeus” e “relativamente civilizados”.

# De silêncio em silêncio, até ao silêncio final

Como a autoinibição e a censura nos calam.

**Ricardo Meireles Santos**

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia serviu para agudizar análises que já Marx, Engels e, mais tarde, Gramsci, haviam identificado. Primeiro, que os interesses dominantes são os interesses das classes dominantes. Segundo, que a hegemonia cultural, o controlo ideológico de uma classe social sobre outra, se faz através de consenso. Confundimos o nosso interesse coletivo enquanto explorados com o interesse coletivo de uma minoria que vive, precisamente, à custa dos seus interesses assimilados por nós.

A pandemia veio aprofundar a exploração material por parte dos detentores dos meios de produção, como também cavou mais fundo o nosso medo de contrariar o que, diariamente, nos é incutido como verdade absoluta, seja em que meio for, através de qualquer canal que nos permite comunicar. O medo de ser “negacionista” da Covid-19 acabou por nos colocar a pensar se devemos verbalizar dúvidas, ainda que não estejam relacionadas com evidência médica científica, como questionar medidas governamentais de restrição das nossas liberdades. Desde antes do 25 de Abril

de 2020, foi esse o mote para lançar um ataque feroz à esquerda que não se inibiu de questionar, de continuar a reivindicar, de demonstrar que era e é possível fazer diferente, sem colocar em causa a saúde pública. O nosso receio individual de ver o coletivo conotar-nos, ainda que sem qualquer fundamento, com algo que não defendemos pode ter duas consequências: ou nos autoinibimos de dizer o que pensamos, para não sermos marginalizados, ou assumimos como nosso o discurso das classes dominantes, mesmo que não concordemos com ele. E aqui temos o consenso de que falava Gramsci.

## Da doença para a guerra

A invasão russa da Ucrânia permitiu subir uma etapa no programa de pensamento único no panorama social e mediático. Qualquer dúvida, apreciação, análise ou facto que não vá ao encontro do que é o discurso oficialmente admitido pela classe dominante em torno deste conflito é imediatamente apelidado de propaganda pró-Russa, de caixas de ressonância do Kremlin ou pró-guerra. Também aqui a autoinibição nos pode condicionar. Dizer que há, na Ucrânia,

um problema sério com a extrema-direita, que esta está integrada no aparelho do Estado, como foi feito em dezenas de reportagens de órgãos de comunicação social de todo o Mundo, passou a ser concordar com a “desnazificação” de Putin. Dizer que, ao contrário do que afirmou o Primeiro-Ministro António Costa, a Ucrânia não era um país que vivia em paz antes da invasão russa, é desviar o assunto. Desde jornalistas cuja autobiografia os identifica como trabalhando há mais de 20 anos na área do ambiente, passando por pivôs de espaços de informação, aos “tudólogos” de serviço semanalmente nos mais variados espaços, está estipulado que esta guerra é a preto e branco — curiosamente, muito por culpa de tons loiros e olhos azulados — todos estão habilitados a falar sobre a guerra, desde que digam o que eles próprios querem ouvir uns dos outros.

## A censura institucionalizada

A guerra começa a ganhar-se na propaganda e todos os Estados sabem isso. Quem possui os meios, usa-os como pode. Que o digam os sérvios, que não contrataram a Ruder Finn, empresa de

relações públicas estado-unidense, que foi responsável por criar uma série de acontecimentos mediáticos durante a guerra na Croácia e na Bósnia. Ainda hoje, os sérvios são vistos como selvagens genocidas, enquanto Franjo Tudjman, ex-presidente croata, ultranacionalista e antisemita, e Alija Izetbegovic, ex-presidente muçulmano bósnio, fundamentalista islâmico, recebem todo o carinho por parte da história que os media quiseram contar.

Porém, no conflito dos Balcãs a revolução da informação estava ainda a começar, pelo que era mais fácil aos Estados controlarem a informação e os canais por onde circulava. Hoje, com a internet largamente banalizada no Ocidente, não é assim. Os EUA perceberam-no com Assange. A suposta superioridade moral do que é erradamente chamada “Comunidade Internacional”, que não é mais do que o mundo branco e ocidental, cai por terra quando censura, abertamente, canais de televisão e obriga ao seu encerramento em plataformas de partilha de conteúdos. Ao proibir canais russos, o Conselho Europeu abriu um precedente perigosíssimo para a nossa liberdade de ser informados. E para a liberdade de informar, embora a esmagadora maioria daqueles cujo dever é informar-nos não pareçam minimamente preocupados. A Fox News, que mentiu durante anos e mente ainda hoje, não mereceu qualquer tipo de censura ou, sequer, de aviso sobre normas éticas e deontológicas por parte de instituições da UE.

## A normalização do etnocentrismo

O etnocentrismo consiste, em traços muito gerais, na análise do mundo a partir da nossa cultura. Para além dela, está a barbárie e a desumanização. A passividade com que pessoas com responsabilidades acrescidas, por terem acesso ao espaço mediático, normaliza que uns refugiados são mais refugiados que outros, porque a nossa cultura e valores são idênticos — mesmo que não o sejam e não passem de uma construção mental —, é avassaladora. Como jornalistas que se afirmam antixenófobos abraçam este discurso.

Passo a passo, dá-se a normalização da exceção. Direitos e liberdades que tínhamos antes da pandemia e da guerra na Ucrânia, e de guerras anteriores do século XXI, foram-nos sendo retirados, paradoxalmente, a pretexto de manter a nossa liberdade. De movimentos, de associação e, por fim, de pensamento. Até que, se pudermos, farão com que abduquemos de pensar, porque alguém o fará por nós. E quando todos dissermos o mesmo, não será muito diferente de estarmos todos em silêncio.



## CINEMA

# “Triste é no Outono descobrir que era o Verão a única estação”

O verso que dá título a este pequeno texto de memória e exaltação a Jorge Silva Melo é de Ruy Belo e foi usado por Jorge, no seu filme “Coitado do Jorge”, que resume quase na perfeição a permanente marca de inquietação pela e com a vida, que colocava nas várias obras que deixou.

Carmen Granja

Jorge Silva Melo nasceu em Angola, na antiga cidade de Silva Porto, voltando com a família a Lisboa no início da adolescência onde se viriam a fixar. Por mais viajante que se tornasse no futuro, Lisboa iria tornar-se um dos palcos principais da vida de Jorge Silva Melo, tal como Jorge Silva Melo viria a marcar profundamente a história da vida desta cidade e do país que a integra.

Encenador, argumentista, realizador, dramaturgo, director artístico, actor, tradutor, professor, autor, cronista, professor, espectador, leitor e crítico. Era crítico, inquieto, observador e por isso desde cedo na sua infância começou a perceber a necessidade de ser outro. Esta linha de percorrer e criar as várias possibilidades de vida que se pode ter numa vida, consequência das escolhas que cada um de nós faz, foi um fio condutor em quase tudo o que deixou criado e seria um dos seus maiores motes à criação.

Em 1972, com Luís Miguel Cintra, funda o Teatro da Cornucópia ficando este marco como um dos símbolos mais significativos do e para o teatro a nível nacional.

Saiu de Portugal várias vezes com bolsas da Gulbenkian tendo sido um viajante nato, passando por locais como Berlim e Milão mas regressando sempre ao país que o continuava a inquietar acima de tudo.

Em 1995 funda os Artistas Unidos que liga para sempre o nome de Jorge Silva Melo á descoberta e formação de novos actores, atrizes e a uma marca de criação, produção e culto do teatro profunda tanto na cidade de Lisboa, como a nível nacional.

Deixou uma vasta lista de filmes onde teve os mais diferentes papéis desde realizador, produtor, argumentista, actor, a assistente. Publicou peças de teatro, um libreto de ópera e livros, sendo um deles a espécie de autobiografia em apontamentos e recordações reunidos ao longo de 50 anos, num único sítio – “A mesa está posta”, editado pelas edições Cotovia, em 2019.

Dizia adorar multidões mas não saber se lhes pertencia. Gostava da sensação de vaguear pelo mundo e de lhe ser um vagabundo.

Jorge Silva Melo deve ser recordado como alguém que voltava sempre à necessidade de criar e de continuar a arte e o teatro. Desde cedo que se começou a ver como professor tendo esta necessidade de guiar, se ver como outro e desta forma regressava sempre dos passeios que gostava de fazer sozinho, para a criação colectiva. A resistência e percepção de criar e preservar memória, marcou a sua vida e sem se conseguir ou querer fazer uma divisão: a sua vida marcou grande parte do que criou e como criou.

Perder fisicamente Jorge Silva Melo é perder um dos alicerces mais sólidos do teatro português, sabendo que a obra deixada será um outro alicerce que não se poderá deixar morrer. A vida de Jorge foi dedicada à cultura. A sua insistência e permanência deixaram marcos de valores importantíssimos em toda a estrutura cultural do país mas nunca foram fáceis. O nome e legado de Jorge Silva Melo precisam de ser vistos e continuados com a importância do património que nos são, que criou e que nos foi deixado.

Dar dignidade à cultura e a quem trabalha nela, é dar ferramentas para a preservação e continuidade da liberdade de um povo inteiro. Continuar a inquietação de Jorge

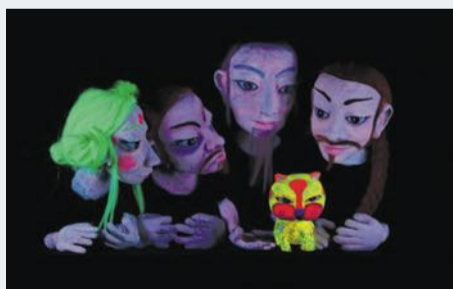


Silva Melo é dar passos para se aprender a dançar quando o próprio disse sempre que nunca chegou a saber dançar.

Continuar um professor que se sentia fora do tom e que achava que uma vida não era suficiente para viver as tantas vidas que cabiam nela, é saber que uma biblioteca nunca morre por mais que a queiram queimar. A cultura permanece porque foi escrita, porque foi transmitida oralmente, porque foi sorrída, porque esteve no palco e à volta dele, porque esteve na tela, porque é feita para ser um prolongamento de quem a pensou e lhe deu forma.

## Sugestões culturais

**A Cerejeira da Lua**  
Casa do Coreto



O jovem imperador Meng-Uóng alimenta um desejo secreto: ir à Lua. Tien-o-Tzé, aio e mestre do imperador, adivinha-lhe o desejo e tenta concretizá-lo, através de diversos meios. Depois de várias tentativas, o sonho do imperador concretiza-se no puro ato da imaginação. Um espetáculo de marionetas fluorescentes. Até 10 de abril.

**Paolo Di Paolo**  
La lunga strada di sabbia



No centenário de Pasolini, a Sociedade Nacional de Belas Artes recebe a exposição composta por fotografias a preto e branco de Paolo Di Paolo, muitas das quais inéditas, vídeos, material de arquivo e textos do cineasta e escritor italiano. O projeto nasceu como uma reportagem sobre as férias de Verão dos italianos, publicada em 1959. Até 17 de abril.

**Um Certo Lucas**  
Júlio Cortázar



Sob o nome de Lucas, um certo Julio oferece ao leitor uma apaixonada colecção de pequenas ficções, sobre os seus pianistas favoritos, os costumes de determinadas famílias argentinas ou o fim de uma história de amor. Inédito em Portugal, este não é um volume de contos, um romance ou ensaio; é um concentrado de virtuosismo cortázariano.

**Os novos novos**  
Garagem Sul - CCB



Os arquitetos imaginam coisas que não existem. Aqui se mostram os caminhos da invenção, ideias que fazem falta ao mundo e a vontade de uma nova geração em construir. Cinco ateliers de arquitetos portugueses — rar.studio, fala, Diogo Aguiar Studio, Ponto Atelier, Barão-Hutter mostram propostas para transformar os lugares que habitamos.



## CINEMA

# O filme que Jorge Silva Melo rodou n'A Voz do Operário

Mónica Baptista, professora de cinema

Jorge Silva Melo, figura central da arte e da cultura em Portugal morreu no passado dia 14 de março. Diplomado em realização na London Film School, fez a sua primeira incursão no cinema em 1980, com “Passagem ou a Meio Caminho”. Um filme em grande parte rodado n'A Voz do Operário.

O 25 de Abril tinha acontecido há meia dúzia de anos. O filme retrata os últimos tempos do escritor revolucionário alemão Georg Büchner (1813-1837), como relata Jorge Silva Melo em *voz-off* logo no início. Na verdade, acompanhamos o fervor revolucionário de um grupo de jovens, em especial de um deles, bem como as suas tentativas para escrever, imprimir e divulgar um panfleto subversivo.

Os cenários nada têm que ver com os lugares por onde Büchner andou. Um dos décors centrais é a biblioteca da A Voz do Operário. É lá que Büchner (interpretado por Luís Lucas) vai no arranque do filme para falar com um sujeito mais velho (interpretado por João Guedes), sobre os seus projectos para escrever um panfleto. É também na biblioteca d' A Voz do Operário que o jovem colectivo se reúne, nas mesas rodeadas de estantes e livros, para discutir política, cultura e formas de fazer a sua revolução intelectual.

Nada Jorge Silva Melo esconde do seu tempo. Estamos no século XIX, e também com aqueles que, entre nós, mesmo depois da revolução de Abril, continuaram a ter ideais, ideologia, combatividade – apesar de outro tipo de censuras se terem instalado subtilmente na sociedade.

Dentro de uma estrutura onírica (que parece ser a do filme), as intenções de Silva Melo são evidentes: estabelecer a ligação entre um jovem alemão - cuja obra ficou esquecida - e toda uma geração que viveu a juventude nos últimos anos do fascismo em Portugal, e tentou depois manter a fibra revolucionária no pós-25 de Abril.

## A rebeldia e o inconformismo da juventude n'A Voz do Operário

“Passagem ou A Meio Caminho” possui a febrilidade dos que querem fazer coisas com uma liberdade que é muito mais que se puder falar livremente nas ruas ou entre paredes. Os que na juventude ficaram a meio caminho entre as conquistas de Abril e aquilo que a revolução não trouxe. Quando perceberam, com desencanto, que as desigualdades económicas e sociais continuavam, assim como no próprio acesso à arte e cultura.

A consciência de classe e a consciência de que era ainda urgente combater o silêncio das injustiças estavam no grupo retratado na primeira-obra de Silva Melo. Personagens com a gravidade e o desejo dos heróis dos grandes filmes, em permanente movimento, com vontade de rever velhos padrões, e de



Jorge Silva Melo [foto do repositório da Universidade de Lisboa].

não se encaixarem nas definições que a sociedade capitalista construía.

Em “Passagem ou A Meio Caminho” são recorrentes as fugas da biblioteca depois das referidas reuniões; as descidas desenfreadas pelas escadarias principais d'A Voz do Operário destes jovens rebeldes que lutam por uma causa, e andam em busca de si mesmos e de um futuro. Fugas por lugares que reconhecemos, apesar dos anos que nos distam da rodagem: escadas que vão dar ao exterior e a viaturas que depois percorrem a toda a velocidade as ruas de uma nocturna Lisboa (nunca mencionada).

Jorge Silva Melo queria combater a conformidade e a apatia. Sabia que pertence aos jovens a motivação para questionar; o inconformismo e a resistência. Esta força existia na sociedade de Büchner no século XIX, e em 1980 em Portugal, quando se começou a proclamar a morte das ideologias. Existe hoje na juventude que tem as suas palavras a dizer, as suas razões para contestar - e se quer fazer ouvir nas ruas,

bem como nas formas que encontra para se exprimir artística, social, política e intelectualmente. Aqueles que não se querem calar, que não cedem ao medo e às incertezas, e que possuem a mesma força de viver que sentimos em “Passagem ou A Meio Caminho”. Um filme que “só nos mostra personagens humanos, homens e mulheres de corpo inteiro, com inteira memória e inteira história. A tradição intervém por aqui mas todos os que traíram deixamos de os ver e só ficam connosco, até ao fim, os que foram fiéis. Muitos os chamados, poucos os escolhidos”, escreveu João Benárd da Costa, na respectiva folha de sala da Cinemateca Portuguesa.

Num filme sobre liberdade, resistência e luta não é accidental a escolha como cenários fundamentais os corredores, escadarias, espaços exteriores e sobretudo a biblioteca d'A Voz do Operário.

Jorge Silva Melo nunca deixou de olhar à volta, de ser subversivo e simultaneamente lúcido, em tudo o que escreveu, filmou e encenou.